PODER, EXCLUSÃO E HISTÓRIA DAS MULHERES: DIÁLOGOS SOBRE GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Giovanna dos Santos Ribeiro Paes[1]

RESUMO: O presente artigo visa expor as conclusões obtidas a partir das propostas de intervenção elaboradas para o desenvolvimento do projeto didático-pedagógico intitulado "A história das mulheres e as mulheres na História: invisibilidades, resgates e questões de gênero". Executado nas turmas de segundos e terceiros anos do Ensino Médio da EREM Ginásio Pernambucano/Aurora, o plano de ensino foi idealizado a partir do cenário digital em que o atual contexto pandêmico nos inseriu. Para tanto, utilizei-me da visibilidade e acessibilidade proporcionadas pelas redes sociais, com destaque para a página do Instagram do Núcleo de Estudos de Gênero, Identidade e Etnia Márcia Dangremon (@nmarciadangremon), por meio da qual expus os conteúdos e executei as propostas de intervenção outrora mencionadas. Aqui, serão relatados os êxitos e desafios vivenciados no decorrer deste projeto, bem como sua difícil efetivação em tempos de instabilidade política.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos de gênero. Educação básica. Redes sociais.

1 GÊNERO E ENSINO BÁSICO: REFLEXÕES À LUZ DA ERA DIGITAL

Com o avanço da Internet e o desenvolvimento dos aparatos tecnológicos, o amplo acesso à informação, bem como sua rápida disseminação, tornou-se uma característica marcante da realidade vivenciada no atual século XXI. Os aparelhos eletrônicos, cada vez menores e mais eficazes, servem de porta de entrada para um mundo repleto de materiais e pesquisas de diferentes temáticas. Não obstante, esse capcioso bombardeio informacional nos traz uma falsa sensação de aquisição de conhecimento, sobretudo quando há uma incompreensão quanto à procedência das informações que se

[1] Licencianda do 4º período de História pela Universidade Católica de Pernambuco. É voluntária no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), onde desenvolve o projeto intitulado "A História das Mulheres e as Mulheres na História: invisibilidades, resgates e questões de gênero". Integra, paralelamente, a equipe que compõe o Núcleo de Estudos de Gênero, Identidade e Etnia Márcia Dangremon, promovido pelo Ginásio Pernambucano/Aurora e construído em parceria com a Secretaria da Mulher de Pernambuco. Atualmente estagia na instituição de ensino básico Colégio Primeiro e Grande Passo.

está adquirindo, dificultando, portanto, a realização de discussões amparadas em sólidas bases teóricas.

Por outro lado, os desdobramentos da temática de gênero[2] têm ganhado cada vez mais espaço nos diálogos populares, fazendo-se presente não somente em discursos políticos, mas nos mais variados debates realizados em redes do âmbito virtual. O caráter polêmico deste tema, especialmente quando se encontra unido ao bombardeio informacional anteriormente mencionado, termina por facilitar a disseminação de noções equivocadas acerca de um campo de estudos há décadas debatido dentro da academia. É, portanto, a partir desse cenário instável e assustadoramente acelerado que se intensificam as disputas de narrativas.

Para identificar tais embates, não é preciso ir muito longe. Embora os fenômenos decorrentes do frenético uso das redes sociais tenham acentuado este processo, não é apenas no cenário digital em que ele ocorre. A consolidação dos ideais que sustentam o Movimento Escola Sem Partido (MESP), em conjunto com a ocupação de cargos legislativos por parte da chamada "bancada evangélica", de caráter conservador e bandeira supostamente progressista, insistem em opacizar e desestabilizar o pano de fundo a partir do qual desenvolve-se o debate e a construção de novas políticas públicas. Dada a relevância da religiosidade no processo de estruturação e dinamização social, o desenvolvimento da prática docente sofre diretamente os efeitos de sua interferência.

Sob a influência dessa vertente ideológica, houve a remoção de discussões sobre identidades de gênero e sexualidade nas instituições de ensino básico; temas que, apesar de comporem o Plano Nacional de Educação (PNE 2014), foram vetados no ano seguinte. Atenho-me a destacar que este veto contrapõe-se à própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), documento cuja elaboração representa um marco na

[2] Ciente de que o conceito de gênero é suficientemente complexo e abrangente, aqui, opto por adotar duas definições centrais, a partir das quais pretendo construir a cadeia argumentativa deste artigo: a primeira o concebe enquanto "um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos" (SCOTT, 1995, p. 86); a última, como "uma série de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas" (RUBIN, 2017, p. 11).

trajetória da redemocratização, uma vez que apresenta onze princípios indispensáveis ao andamento da prática educativa, dentre os quais evidenciam-se três:

> II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
>
> III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
>
> IV. Respeito à liberdade e apreço à tolerância.

A negligência desses princípios limita o poder de mudança intrínseco à educação, "na medida em que, ao cercear a liberdade de expressão no processo de ensino, utiliza-se de uma cortina de neutralidade que encobre a incansável tentativa de manter os privilégios patriarcalistas decorrentes desde o processo colonizador-civilizatório" (SOUZA, 2018. p. 205).

É neste cenário em que os adeptos do Movimento Escola Sem Partido (MESP), fundamentados no anseio por uma educação acrítica, pragmática e despolitizada, passam a associar à "doutrinação marxista" quaisquer condutas que tenham como principal objetivo a promoção de reflexões em sala de aula. É necessário, entretanto, perceber que o perigoso cerceamento de nossa liberdade de cátedra ocasiona não somente o empobrecimento da prática educativa, mas a formação de indivíduos cada vez mais bestializados e incapazes de modificar a si mesmos e a realidade que os cerca.

> Estes movimentos afirmam que a "ideologia de gênero" teria como meta incentivar os alunos a abandonar a religião e [...] a fazer sexo. Discutir gênero em sala de aula não é isso. É problematizar a violência doméstica. É trazer para a sala de aula a representação de famílias de diferentes configurações. É permitir que as pessoas de diferentes orientações sexuais se percebam representadas, e não silenciadas, no conhecimento produzido nas escolas (PENNA, 2015 *apud* SOUZA, 2018, p. 218).

Entre as fímbrias de tais debates teóricos e ideológicos, deparei-me com um incessante desejo de cessar a deturpação de conceitos que tanto os circundavam, a fim de auxiliar no desenvolvimento da consciência crítica dos jovens que integravam ativamente essas discussões, contudo, apenas enquanto reprodutores de discurso. Em paralelo a isso,

o espaço por mim ocupado nas instituições de ensino básico, enquanto pibidiana e/ou estagiária assalariada, me permitiu pensar, construir e executar um projeto didático-pedagógico que trouxesse consigo propostas de intervenção capazes de sanar as problemáticas aqui tratadas.

Para destrinchar esse complexo encadeamento de relações de gênero, cujas opressões encontram na desinformação e na reprodução inconsciente seu sustentáculo, foi necessário historicizar aquilo que até então se concebia como normal. A constituição da estrutura patriarcal, bem como o binarismo e a hierarquização de gêneros que dela decorrem, apresenta-se enquanto um processo histórico que, de tão remotamente datado, passou a ser visualizado enquanto natural. Neste sentido, Bourdieu afirma que

> Se esta divisão parece estar "na ordem das coisas", como se diz algumas vezes para falar daquilo que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado […] em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos *corpus* e nos *habitus* dos agentes, onde ela funciona como um princípio universal de visão e de divisão, como um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 1999, p. 17 *apud* SAYÃO, 2003, p. 133).

Por outro lado, essa base patriarcal sobre que se alicerçam as instituições e as estruturas de pensamento terminou por interferir, também, na produção historiográfica que, enquanto filha de seu tempo, não foi capaz de transcender os limites das opressões de gênero. Desta forma, as narrativas construídas a partir de uma perspectiva positivista giravam apenas em torno de grandes figuras políticas, marginalizando as minorias e concebendo o homem branco e hétero como o principal agente da História (SCOTT, 2011).

Tendo em vista a permanência desse discurso excludente nos mais variados livros didáticos, que levam as figuras subalternas a caírem em profundo esquecimento, e ciente da relevância que o ensino de História detém no processo de transformação social, percebi a urgente necessidade de tratar desta temática ainda no Ensino Básico. Para que, a partir dos debates construídos, os discentes pudessem desenvolver um olhar crítico acerca dos esquecimentos que maculam grande parte dessas narrativas históricas, bem

como visualizar esse silenciamento enquanto uma das inúmeras formas através das quais o machismo opera. No que tange à tal invisibilização, Scott reitera que

> Por isso, reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como "verdadeiros", ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado (SCOTT, 2011, p. 80).

Embora esteja claro que para resgatar o espaço destes grupos invisibilizados, faz-se necessária uma análise com enfoque nos personagens até então considerados coadjuvantes, é preciso tomar cuidado, também, para não incorrer no erro de perpetuar a particularização dessa vertente historiográfica. Em outras palavras, dedicar esforços à escrever uma história protagonizada apenas por mulheres é endossar a ideia ultrapassada de que este é um campo de estudos à margem da verdadeira História, como se estas fossem entidades separadas.

A fim de fugir desta dicotomia que macula e reduz as narrativas históricas, busquei ampliar o foco historiográfico para discorrer não somente sobre a trajetória dessa vertente teórica, mas todos os atravessamentos que por ela perpassam: compreender e problematizar a construção dos papéis de masculinidade e feminilidade e relacioná-los às demais opressões que sustentam a estrutura em que estamos inseridos, tais como as pautas étnico-raciais, LGBTQIA+ e as de classe.

Já na década de 1990, Scott expunha a problematização em torno da categoria “mulheres” enquanto um conjunto identitariamente homogêneo, face às diferentes demandas e experiências vivenciadas por cada uma do que é o “ser mulher”:

> Na verdade, o termo “mulheres” dificilmente poderia ser utilizado sem modificação: mulheres de cor, mulheres judias, mulheres lésbicas, mulheres trabalhadoras pobres, mães solteiras foram apenas algumas das categorias introduzidas. Todas desafiavam a hegemonia heterossexual da classe média branca do termo “mulheres”, argumentando que as diferenças fundamentais da experiência tornaram impossível reivindicar uma identidade isolada (SCOTT, 2011, p. 90).

Dada, portanto, a necessidade de se ampliar o conceito de gênero para além da história das mulheres, bem como de considerar as particularidades de cada vertente presente nesta categoria, optei por desenvolver o projeto a partir de uma perspectiva interseccional, evidenciando a "inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cishéteropatriarcado" (AKOTIRENE, 2019, p. 14)[3].

Por outro lado, para além da dificuldade de tratar dessas tônicas num contexto fortemente marcado por disputas de narrativas e pelo fortalecimento de ideais conservadores, a necessidade de síntese dos conteúdos digitais também representou um marcante obstáculo no desenvolvimento deste projeto. Dado o fato de que temos nos tornado cada vez mais impacientes e preguiçosos no que se refere à leitura dos textos compartilhados em redes sociais, encontrei-me num custoso dilema: gravar os vídeos e elaborar os conteúdos dando à temática de gênero toda a complexidade que ela nos exige, mas ciente de que isso diminuiria o alcance e a visibilidade indispensáveis ao cumprimento de meus objetivos, ou sintetizar o conteúdo e abordá-lo o mais genericamente possível, de modo que a rapidez com que se possa lê-lo nos permita atingir um maior quantitativo de indivíduos?

Caso escolhida a segunda opção, deveria fazê-lo ciente de que isso traria consigo a possibilidade de perpetuação de um discurso genérico e insuficientemente fundamentado, conduta contra a qual tanto busquei posicionar-me desde o início da elaboração das propostas de intervenção aqui descritas. Com vistas à superação desse entrave, elaborei vídeos cuja duração girava em torno de cinco à dez minutos e pus, na legenda das respectivas postagens, não somente as referências bibliográficas a partir das quais produzi o conteúdo, mas indicações que permitissem aos educandos um estudo pormenorizado das pautas anteriormente debatidas – detalhes que serão melhor apresentados no subtópico a seguir.

1.1 O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E SEUS PORMENORES

[3] Para um maior aprofundamento acerca da maneira como as dinâmicas de raça, classe e gênero se articulam, ler: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Idealizado por mim e por outro pibidiano, José Romélio Rodrigues dos Santos Júnior[4], o projeto aqui descrito foi desenvolvido a partir do início de outubro de 2020, totalizando um ano e dois meses de planejamento, elaboração e execução das propostas presentes no plano didático-pedagógico. Aplicado na EREM Ginásio Pernambucano/Aurora, situada em Recife – Pernambuco, e direcionado às turmas de segundos e terceiros anos do Ensino Médio, o conteúdo contou com uma série de alterações que visavam adaptar nossas intervenções ao contexto de crise sanitária em que o mundo estava – e permanece – inserido. Para viabilizar os debates acerca da temática de gênero, foram utilizadas diversas ferramentas didáticas e tecnológicas. Dentre elas, a que possibilitou a execução de todo o projeto: o Instagram.

A emergente transição do ensino presencial para o ensino remoto, característica do cenário pandêmico e das rupturas por ele geradas, nos levou à necessidade de pensar a docência a partir da perspectiva da educação digital. Para além disso, em tempos de virtualização das relações humanas, a construção e a consolidação do vínculo entre o docente e os educandos tornaram-se ainda mais difíceis. Dado o atraso dos conteúdos curriculares e o desestímulo latente em todo o corpo estudantil, novas performances tiveram de ser desenvolvidas.

Visando o enfrentamento desses obstáculos e da instabilidade em que se encontrava o panorama educacional, buscamos nos adaptar à realidade dos estudantes e fazer do ambiente tecnológico, que há tempos intermedia nossas relações, o pano de fundo para a construção e o entendimento dos estudos de gênero. Fim de contas, como afirma Freire,

> A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento de outros animais ou do cultivo das plantas. [...] Aprender para nós é

[4] Licenciando do 7º período de História pela Universidade Católica de Pernambuco. Atualmente faz parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com o projeto "Construindo a Personagem Real do Bispo: Dom Helder Camara e o seu Tempo Histórico (Fase III)". É, também, bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Contato: jose.2018130300@unicap.br.

> construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito (FREIRE, 2019, p. 67 e 68).

Para tanto, foi elaborado, junto aos demais pibidianos, um formulário com questões pessoais e escolares, a fim de que as respostas dos discentes possibilitassem um melhor conhecimento de suas preferências e, consequentemente, uma aplicação mais assertiva de nossas intervenções. Dentre as indagações nele presentes, a pergunta que norteou a escolha da plataforma digital por nós manuseada foi: "Quais redes sociais você mais utiliza?". Contando com 298 das 345 respostas totais, o gráfico nos permitiu inferir o uso assíduo do Instagram, sendo, portanto, a rede social mais acessada pelos estudantes.

Com base nisso, foi realizada uma série de reuniões com a professora Gabriela Borba[5], nos permitindo chegar à conclusão de que seria mais viável executar nosso projeto em conjunto com o Núcleo de Estudos de Gênero, Identidades e Etnia Márcia Dangremon, também composto por pibidianos do Ginásio Pernambucano/Aurora e construído em parceria com a Secretaria da Mulher de Pernambuco e a Secretaria Executiva de Educação Integral e Profissional (SEIP), em razão da semelhança de nossas propostas.

O trabalho que desenvolvemos no Núcleo contou com a disponibilização de um leque de materiais pedagógicos, possibilitando aos discentes a compreensão crítica acerca dos espaços ocupados pela população feminina nos diferentes recortes históricos. Para tanto, nos utilizamos das ferramentas digitais fornecidas pela própria rede social: o IGTV e o "post carrossel".

Através delas, expusemos figuras historicamente invisibilizadas, a exemplo de Maria Firmina dos Reis, abolicionista e autora do primeiro romance escrito por uma mulher negra na América Latina; Lou Andreas-Salomé, escritora russa e pioneira na produção dos trabalhos psicanalíticos do século XIX; Sônia Guajajara, professora, coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e considerada a

[5] Especialista em Educação e Ludicidade (FAFIRE). Graduada em Licenciatura Plena em História (UFPE). Professora da Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco, desde 2018. Professora Supervisora do PIBID-UNICAP/CNPq. Membro dos Grupos de Pesquisa: O círculo de Bakhtin em diálogo, UEPB/DGP/CNPq. Recife-PE, Brasil. Coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero, Identidade e Etnia Márcia Dangremon. Contato: profgabiborba@gmail.com.

primeira mulher indígena a concorrer à vice-presidência da República na eleição de 2018; entre outras. Esse resgate ocorreu a partir da concepção de que "[...] o que importa reencontrar são as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história" (PERROT, 2020, p. 199).

Para além disso, houve, também, a realização de debates que visavam elucidar as íntimas relações entre as opressões de gênero e as pautas étnico-raciais e LGBTQIA+, a fim de ampliar o horizonte dos leitores e fazê-los pensar acerca da possibilidade (ou necessidade) da adoção de uma perspectiva interseccional. Já nos *stories*, outra ferramenta disponibilizada pela plataforma, foram realizadas algumas indicações de obras bibliográficas e cinematográficas, que levassem os estudantes à reflexão crítica e os permitissem estudar de maneira mais aprofundada sobre as temáticas anteriormente debatidas.

Recentemente, no decorrer da Semana da Consciência Negra, nós, do núcleo, estendemos o projeto e promovemos a realização de uma tertúlia[6] para debater o texto "Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina", da filósofa brasileira Sueli Carneiro. Com base nele, problematizamos a universalização da figura feminina e dialogamos acerca da pluralidade existente dentro do(s) Movimento(s) Feminista(s), evidenciando a maneira como as diferentes opressões relacionam-se entre si e as diversas demandas que surgem a partir dessa interconexão.

2 NOTAS CONCLUSIVAS

Todos os entraves anteriormente mencionados, sobretudo aqueles decorrentes das custosas disputas ideológicas que pairam sobre nosso cotidiano, puderam ser por mim identificados nas inúmeras tentativas de estender este projeto às demais instituições de ensino básico. Desta vez, privadas. Destaco aqui as diretrizes político-econômicas dessas escolas em virtude da relevância que este fator deteve na recusa às propostas de

[6] "A Tertúlia Literária é uma prática de leitura dialógica que consiste em um encontro ao redor da literatura, no qual os participantes leem e debatem, de forma compartilhada, obras clássicas da literatura universal" (SILVA, 2016, p. 3).

intervenção que propus. Embora tenha tido sua importância reconhecida, a temática de gênero foi visualizada como desnecessária para o momento, tendo em vista os possíveis conflitos com os pais dos alunos, que, crentes na íntima relação entre discussão de pautas sociais e doutrinação marxista, poderiam retirar seus filhos das respectivas instituições, prejudicando a lucratividade que tanto sustenta as diretrizes privadas.

Não obstante, atenho-me à contrapor o posicionamento das gestões mencionadas a partir da explicitação da urgente necessidade de se trabalhar com essa tônica. Uma vez que estamos inseridos num contexto em que as violências sexuais, físicas, psicológicas e simbólicas alicerçam-se sobre o contraponto entre a permissividade feminina e a natural dominação masculina, torna-se imprescindível trazer para a sala de aula discussões que possibilitem aos estudantes a compreensão de que essa estrutura, sobretudo as opressões que a sustentam e são por ela sustentadas, nada mais é do que um processo histórico que, embora pareça instituir o "normal", visto que é remotamente datado, pode ser igualmente modificado e reconstruído.

Para finalizar a discussão acerca dessa relação entre a promoção de uma educação mais crítica e humanizada e as discussões que versam sobre gênero e sexualidade em sala de aula, Souza afirma:

> Assim, entende-se que a sexualidade nos alunos não pode ser negada ou reprimida, precisa ser debatida, problematizada, de modo que os alunos se percebam como sujeitos que conhecem a si mesmos e têm controle sobre seus corpos. Falar de sexualidade significa empoderá-los frente aos riscos a que estão expostos rotineiramente na vida em sociedade e, em casos mais específicos, nas relações que desenvolvem na internet (SOUZA, 2018, p. 218).

É oportuno trazer, também, nestas considerações finais, as reflexões do renomado educador que, através de suas assertivas palavras, tanto contribuiu para a execução de uma prática educativa mais humanizada, crítica e reflexiva, sobre a qual os pilares deste projeto alicerçam-se desde o seu início:

> Nenhuma teoria da transformação político-social do mundo me comove, sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da história e por ela feitos, seres da decisão, da ruptura, da opção. [...] Tenho afirmado e reafirmado o quanto realmente me alegra saber-me um ser condicionado mas capaz de ultrapassar o próprio condicionamento (FREIRE, 2019, p. 126).

Reitero, por fim, que em tempos de instabilidade generalizada, desenvolver junto aos discentes diálogos que os façam refletir acerca da função ativa e política que desempenham neste processo de (re)estruturação do corpo social, não pode ser por mim visualizado senão como um dever enquanto futura historiadora e docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64p.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019, 152p.

ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019. 128p.

BECKER, Fernando. O que é construtivismo? **Revista de Educação AEC**, Brasília, v. 21, n. 83, p. 7-15, abr./jun. 1992.

BRASIL. Presidência da República. Lei 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (LDB). 20 dez. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 02 dez. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

KLEIN, Remi. Questões de gênero e sexualidade nos planos de educação. Coisas do Gênero. **Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião**, v. 1, n. 2, p. 145-156, ago./dez. 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero": Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, 2016. Disponível em: https://www.e-

publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163/18213. Acesso em: 02 dez. 2021.

MOURA, Fernanda P. de. **"Escola Sem Partido":** relações entre Estado, educação e religião e os impactos no Ensino de História. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2016.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. - 10ª ed. - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, p. 159-189, jan./abr. 2009.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SAYÃO, Deborah Thomé. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. **Perspectiva**, v. 21, n. 1, p. 121-149, 2003.

SILVA, Gilmar. **Tertúlia Dialógica Literária na construção do Diálogo Igualitário**. Comunidade de aprendizagem (site), 2016. Disponível em: https://www.comunidadedeaprendizagem.com/uploads/materials/493/95f14. Acesso em: 02 dez. 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação & realidade, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SOUZA, Ana Paula Hilgert de. **Relações de gênero e educação:** crítica aos projetos de lei "Escola Sem Partido". Revista História Hoje, v. 7, n. 13, p. 204-224, 2018.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil:** 1988-2002. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan./abr. 2004.